



# XXI ENANCIB

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

50 anos de Ciência da Informação no Brasil:  
diversidade, saberes e transformação social

Rio de Janeiro • 25 a 29 de outubro de 2021

## XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXI ENANCIB

### GT-6 – Informação, educação e trabalho

#### COMPETÊNCIA PROFISSIONAL NAS BIBLIOTECAS PRISIONAIS: A ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO

#### *PROFESSIONAL COMPETENCE IN PRISON LIBRARIES: THE LIBRARY'S PERFORMANCE*

**Amabile Costa** - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

**Camila Monteiro de Barros** - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

**Rodrigo de Sales** - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

#### **Modalidade: Trabalho Completo**

**Resumo:** A biblioteca prisional exerce papéis dentro dos espaços de privação de liberdade, e presta serviços para a comunidade carcerária. Neste sentido, documentos referentes às normas, padrões, diretrizes e manual voltado para a biblioteca no cárcere estão publicados, a partir disso, sugere-se algumas competências profissionais para os bibliotecários que atuarão em ambientes prisionais. Dito isso, o presente trabalho tem como problema de pesquisa: quais são as competências propostas para que o bibliotecário exerça suas funções em bibliotecas prisionais? Tendo como objetivo geral, identificar quais são as competências para que o bibliotecário possa atuar em bibliotecas prisionais. Entretanto, ressalta-se que competências e técnicas adquiridas ao longo do ensino profissional poderão ser adaptadas, visto que as prisões são ambientes com determinadas regras relacionadas à segurança. A pesquisa está caracterizada como documental, quantitativa, baseada em métodos bibliográficos. Para além disso, foi realizado uma breve pesquisa em bases de dados, a fim de contextualizar os materiais relacionados às competências específicas do bibliotecário prisional. No que concerne aos resultados, é fundamental que o bibliotecário perceba a necessidade de está em constante aprendizado, acompanhando o crescimento das tecnologias e o desempenho da comunidade que está ao seu redor.

**Palavras-Chave:** competência profissional; bibliotecário; bibliotecas prisionais.

**Abstract:** The prison library plays roles within the deprivation of liberty spaces, and provides services to the prison community. In this sense, documents referring to the norms, standards, guidelines and manual for the library in prison are published, based on that, some professional skills are suggested for librarians who will work in prison environments. That said, this article has a research problem: what are the proposed competences for the librarian to exercise his functions in prison libraries? Having as general objective, to identify which are the competences so that the librarian can act in prison libraries. However, it is noteworthy that skills and techniques acquired during professional education can be adapted, since prisons are environments with certain rules related to security. The research is characterized as documentary, quantitative, based on bibliographic methods. In addition, a brief search of databases was carried out in order to contextualize the materials related to the specific skills of the prison librarian. Regarding the results, it is essential that the librarian realizes the need to be in constant learning, following the growth of technologies and the performance of the community around him.

**Keywords:** professional competence; librarian; prison libraries.

## 1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que a sociedade fundamentada no capitalismo está em constante reestruturação, inclusive no que diz respeito à economia e aos aspectos sociais, acarretando às classes dominantes a influência de determinar como se dará a organização do mercado de trabalho, o custo da mão de obra e assim por diante (MELOSSI; PAVARINI, 2017). Como consequência dessas intervenções, percebe-se um mercado de trabalho excludente que determina quem estará presente ou não, e fomenta um processo de desigualdade social, visto que as pessoas excluídas são aquelas minorizadas socialmente sem quaisquer perspectivas de oportunidade em relação à educação, ao mercado de trabalho, à saúde. Tal organização social, somada às questões de racismo, exclusão por etnia, classe social e localização geográfica, tem como uma de suas consequências o aumento da população prisional.

O sistema prisional está em nossa sociedade desde o século XVI até a atualidade. Estudiosos, como Melossi e Pavarini (2017) e Foucault (2014), apontam que as primeiras prisões foram desenvolvidas a partir do século XVI, mais precisamente na Inglaterra e chamavam-se casas de correção.

Já no Brasil, o sistema prisional está presente desde o período colonial, sendo guiado pelas Ordenações Filipinas. Percebe-se que ao longo dos anos, o sistema prisional brasileiro passou por diversas reformas, como por exemplo, a publicação do novo Código Penal em 1940 focado em três categorias referentes à punição: a reclusão, a detenção e as penas acessórias (OLIVEIRA, 2013).

Em 1984 foi sancionada a Lei de Execução Penal (LEP) nº 7210 que arrola os deveres e direitos que os detentos possuem dentro do sistema prisional, igualmente os deveres e os direitos de Estado para com os reeducandos (BRASIL, 1984). Na seção V, voltada para a assistência educacional, o artigo 21 prediz que “em entendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos” (BRASIL, 1984, *online*). Dito isso, a perspectiva envolta neste trabalho abrange as bibliotecas prisionais.

Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo geral identificar quais são as competências para que o bibliotecário possa atuar em bibliotecas prisionais.

A pesquisa está relacionada a perspectiva apresentada pela justiça social, que no âmbito da Ciência da Informação “[...] tem sido definida como dar às pessoas o acesso às informações, serviços e instalações para aqueles que têm direito e certificando-se de que eles

são totalmente conscientes e sabem como assumir o seu direito a estes serviços” (ŠIMUNIĆ; TANACKOVIĆ; BADURINA, 2016, p. 2). Aqui vale um destaque importante: fazer com que o cidadão privado de liberdade tome conhecimento do seu direito à informação e se sinta motivado e seguro para exercê-lo é uma missão tão ou mais difícil que a própria missão de informar. Além da realização do direito, há que se respeitar estruturas, processos e princípios que circundam as políticas de segurança pública do país.

Nesse sentido, existe a necessidade de estudos e abordagens multidisciplinares que envolvam a Sociologia, o Direito, a Biblioteconomia e Ciência da Informação, a Política, entre outros. Isto porque entendemos que oferecer serviços de informação em ambientes de privação de liberdade é um ato político e, ainda que pareça delimitado e pontual, tem implicações sociais importantes e deve, portanto, ser realizada com responsabilidade e baseada em debates fundamentados. Cumprindo, assim, com os direitos e deveres das pessoas privadas de liberdade referente às bibliotecas prisionais.

## 2 BIBLIOTECAS PRISIONAIS

Ao longo dos anos, a partir de 1915 até a modernidade, documentos relacionados às bibliotecas prisionais foram disponibilizados. Em 1915 foram publicadas as primeiras normas para bibliotecas em prisões, criadas pela *American Library Association* (ALA). Em 1943 o *Committee on Institution Libraries of the American Prison Association* divulgou o primeiro padrão para as bibliotecas prisionais, o documento apresenta informações sobre segurança, incluindo materiais selecionados para o acervo e a presença de um bibliotecário para gerir esses espaços (SILVA NETO; LEITE, 2011).

Em 1950, foi publicado pelo mesmo *Committee*, um manual para biblioteca de instituições correcionais que incluía os objetivos e padrões de uma biblioteca para os adultos que estão privados de liberdade. Em 1955, em Genebra, foi realizado o primeiro Congresso das Nações Unidas sobre a prevenção do crime e o tratamento de delinquentes, no qual aconteceu a aprovação de regras mínimas para a abordagem com o recluso. O item 40, relacionado às bibliotecas, afirma que “cada estabelecimento penitenciário deve ter uma biblioteca para o uso de todas as categorias de reclusos, devidamente provida com livros de recreio e de instrução e os reclusos devem ser incentivados a utilizar plenamente” (ONU, 1955, p. 4).

Novas normas foram lançadas pela *International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA)* em 1962, enfatizando os serviços de uma coleção, especificamente, com quantos materiais a coleção deveria ser constituída, número de funcionários que uma biblioteca prisional precisa ter na proporção do número de presos presente na instituição. Em 1967, a ALA criou os padrões de bibliotecas para os ambientes prisionais. Em 1976, foi instituído em uma das reuniões da ALA a resolução que ratifica o apoio da biblioteca pública, por meio dos serviços, às bibliotecas prisionais. Em seguida, foram publicadas pela ALA as diretrizes para os programas de serviços de biblioteca para as prisões. Nesse documento estão explícitas as necessidades de informações das pessoas privadas de liberdade, como por exemplo, informações sobre o mercado de trabalho, educação, comunidade, social e recreativo (BAILEY, 1972; POOL, 1977).

Em 1997, aconteceu o lançamento das diretrizes para as bibliotecas em estabelecimentos prisionais da *International Federation of Library Association and Institutions (IFLA)* (SILVA NETO; LEITE, 2011). Depois, em 2010, uma versão revisada de o “prisioneiro e o direito de ler”, publicada pela ALA, definiu os direitos intelectuais dos detentos (CONRAD, 2012).

Já no Brasil, em 1984, a Lei de Execução Penal (LEP) nº 7210 entrou em vigor e permanece vigente. A Lei apresenta diversas seções, capítulos e artigos relacionados aos direitos e deveres das pessoas privadas de liberdade para com as instituições que irão abrigá-las, bem como os direitos e deveres do Estado, responsável pelos detentos. Para além da LEP, existem o Decreto nº 6049/2007 que evidencia quais tipos de materiais poderão compor o acervo, tais como, estrangeiros, jurídicos, didáticos e recreativos. Já o Decreto nº 7626/2011 afirma que o Ministério da Educação deverá “promover a distribuição de livros didáticos e a composição de acervos de bibliotecas nos estabelecimentos penais” (BRASIL, 2011, *online*).

Tais como apresentam os parâmetros relacionados à estrutura, equipamento, sistemas de segurança, mobiliário, iluminação, acervo, horário, equipe, financiamento, prestação de serviços e questões que estão relacionadas à segurança. Neste sentido, alguns tipos de formatos são dispensados por questões de segurança dentro de uma biblioteca prisional, como por exemplo, livros de capa dura e Compact Disc (CD) para computadores (CONRAD, 2012; BOWDEN, 2002; MIOTTO, 2017). Os materiais que apresentam capa dura são convenientes para guardar utensílios ilícitos como selos, notas, cigarros e ferramentas.

No que diz respeito aos equipamentos dispostos nas bibliotecas prisionais, Lehmann e Locke (2005, p. 10) sugerem que “devem ser consultados especialistas em design de bibliotecas durante o processo de planejamento. A eficácia e o sucesso dos serviços de bibliotecas dependem em grande parte de um ambiente acolhedor e confortável”.

Outra questão é o financiamento dessas bibliotecas. Em um estudo com as bibliotecas prisionais americanas, Bowden (2002) percebeu que as finanças poderiam estar ligadas a diversas fontes, como por exemplo, fundos estaduais, recursos arrecadados por meio do trabalho realizado pelos reeducandos, doações, solicitação de materiais aos órgãos superiores às penitenciárias. No Brasil, as instituições prisionais são gerenciadas pela administração pública, entretanto, há participação da iniciativa privada em diversos setores, como por exemplo, a terceirização de serviços tecnológicos e de segurança. Com isso, a realidade do financiamento das bibliotecas brasileiras é diferente das americanas. Bowden (2002) também apresentou algumas bibliotecas que não contavam com orçamentos para a aquisição de material e manutenção do espaço, mas que os responsáveis pela unidade preenchiam pedidos descrevendo os materiais necessários e enviavam à administração no momento oportuno.

Dessa forma, as equipes responsáveis por essas bibliotecas deveriam ser contratadas de acordo com as necessidades de cada instituição, ponderando as questões de horário de funcionamento da unidade, estrutura, número de frequentadores, programas que a biblioteca apoia, dinâmica da devolução de materiais e o acesso presencial a biblioteca (LEHMANN; LOCKE, 2005).

Os parâmetros para definir os salários e as responsabilidades poderiam ser propostos de acordo com os bibliotecários empregados nas bibliotecas públicas. Assim, na próxima seção apresentamos aspectos relacionados ao mercado de trabalho, cargo de bibliotecário e as competências profissionais.

### **3 CONTEXTUALIZANDO AS PROFISSÕES E O MERCADO DE TRABALHO**

A sociologia das profissões dispõe de perspectivas relacionadas ao mundo do trabalho, sendo elas quantitativas ou qualitativas e apresenta “hipóteses, com relação às origens, o desenvolvimento e os destinos” das ocupações (SANTANA, 2005, p. 4).

Para Freidson (1998, p. 53), “não se tenta determinar o que é profissão num sentido absoluto mas, sim, como as pessoas de uma sociedade determinam quem é profissional e quem não é”. Monteiro (2010, p. 6) informa que a palavra "profissão" tem dois significados

principais nos dicionários: “ocupação permanente de alguém, como fonte principal dos seus meios de vida, e ocupação especializada, bem remunerada e prestigiada”.

Outro aspecto relacionado ao mercado de trabalho, é referente ao controle ocupacional, também conhecido como reserva. “A reserva é assegurada pela exigência de que somente aqueles com credencial ocupacional emitida, certificando sua competência”, poderão ocupar certos cargos. (FREIDSON, 1996, p. 3). Outro termo apresentado pelo autor é responsabilidade profissional que está vinculada às ações desenvolvidas no âmbito profissional. E, a regulação profissional que “consiste em garantir que uma profissão presta serviços de um modo competente, ético, eficaz e seguro” (MONTEIRO, 2010, p. 9).

Com isso, reflete-se sobre o código de ética e as legislações estabelecidas para cada profissão. Em relação ao código de ética, é um documento que expõe um “conjunto articulado e coerente de normas proclamando os valores e princípios, operacionalizados em deveres (e direitos), que um grupo ocupacional reconhece como seu ideal profissional” (MONTEIRO, 2010, p. 9).

O último código de ética do bibliotecário, sancionado em 2018 pelo Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), “fixa as normas orientadoras de conduta no exercício de suas atividades profissionais” (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2018, *online*). Apresenta aspectos sobre a natureza, fundamento e objeto do trabalho, deveres, proibições, infrações, circunstâncias atenuantes, penalidades do bibliotecário.

Mas é na Lei Federal nº 9674 de 1998 que “dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e determina outras providências” (BRASIL, 1998, *online*), no artigo terceiro, inciso primeiro que evidencia-se a designação de um profissional bacharel em biblioteconomia para atuar em bibliotecas, que, em seu juramento na colação de grau “declara-se adepto de um modo de fazer as coisas, reconhecido pelos membros da comunidade especial em que ingressa e cujos interesses jura proteger” (KROEFF et al, 2017, p. 21).

A partir do Código de Ética do Bibliotecário e da Legislação, espera-se que funções sejam desenvolvidas pelos bibliotecários, sendo elas, prestação de serviços à sociedade, contribuindo com seu crescimento, promovendo e incentivando o uso da coleção e de produtos da biblioteca, proporcionando acesso à informação, sem censura. Compete às funções do bibliotecário, administração, organização e direção de bibliotecas, documentação e o desenvolvimento de procedimentos voltados para o processamento técnico do material, tais como, classificação e catalogação.

Por fim, e com enfoque no objetivo deste trabalho, o conceito de competência foi mencionado. Competência profissional, para Monteiro (2010, p. 9) “designa o conjunto dos saberes necessários para fazer bem o que se espera de um profissional”. Freidson (1998, p. 139) afirma que “a competência pode, em suma, constituir o foco de um grupo ocupacional que a seguir reivindica a autoridade de sua experiência institucionalizada sobre o desempenho no seu trabalho”. Viguera e Montejo (2012) apresentam diversas competências relacionadas aos profissionais da informação, como a informacional, lógica, linguística, cognitiva e psicológica, cada uma com sua especificidade.

#### **4 COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS DO BIBLIOTECÁRIO NAS BIBLIOTECAS PRISIONAIS**

No Brasil, o cargo de bibliotecário não está instituído no quadro de funcionários do sistema prisional (CARVALHO; CARVALHO, 2017). Neste sentido, em relação às bibliotecas prisionais, afirmar que a mediação é realizada somente pelos bibliotecários em seus devidos ambientes de atuação torna-se descontextualizado, visto que, em muitos casos as bibliotecas são geridas por professores, gerentes de saúde, assistentes sociais e outros profissionais dos sistemas penais brasileiros.

Entretanto, como mencionado anteriormente, documentos com diretrizes, padrões e normas fundamentais para o ambiente prisional estão publicados para uso coletivo. Portanto, é a partir dessa documentação e de algumas bibliografias, que é possível dispor das competências para os profissionais bibliotecários que atuarão ou atuam, enquanto voluntário, nos espaços de privação de liberdade.

O bibliotecário conta com técnicas e competências que são apresentadas ao longo do ensino profissional proporcionado pelos cursos de graduação brasileiros, competências essas, voltadas para gestão da unidade, uso das tecnologias, necessidade informacional dos seus leitores. Entretanto, algumas competências específicas dos bibliotecários não são cumpridas, pois é entendível que o sistema prisional preza pela segurança da comunidade, e os cursos de graduação em Biblioteconomia não abordam obrigatoriamente em sua grade curricular as temáticas voltadas para as bibliotecas nessas ambiências.

É preciso, portanto, que os bibliotecários prisionais estejam atentos às medidas de segurança instituídas pelo estabelecimento que está a fim de promover uma mediação da informação com qualidade, dentro das limitações desta ambiência. Visto que as bibliotecas prisionais estão inseridas em espaços extremamente vulneráveis do ponto de vista social em

que a segurança está em primeiro lugar, que a censura pode estar presente e as temáticas solicitadas podem ser as mais diversas possíveis. Muitas vezes essas características podem fugir das abordagens comumente adotadas nas áreas como, por exemplo, as questões relacionadas ao tratamento técnico que, nesse contexto, não é e nem deve ser uma prioridade no serviço de informação.

Assim, de acordo com, Clark e MacCreaigh (2006) recomenda-se que o bibliotecário que atuará dentro dos estabelecimentos prisionais precisa da mente de um educador, do coração de um assistente social, do estômago e do senso de humor de um aluno do 9º ano. Para além disso, os autores recomendam que o *staff* da biblioteca não faça: aconselhamento jurídico, interpretação de terminologias, registro informações em formulários, realização de pesquisas referente aos processos, incentive ou desencoraje os presos em seus processos. A equipe poderá auxiliar da seguinte forma: fornecendo informações sobre serviços jurídicos, definições das terminologias, oferecendo os formulários e indicando instituições que os mesmos poderão procurar para auxiliar em seus processos legais (CLARK; MACCREAIGH, 2006).

Eiras (2007, p. 3-7) afirma que os bibliotecários que estão vinculados às bibliotecas prisionais possuem competências específicas, tais como

Equilíbrio emocional, postura dinâmica, boa cultura geral, capacidade de adaptação (ambiente prisional), boa comunicação oral, conhecimento de línguas (dependendo do país e do contexto), capacidade de liderança e de supervisão (trabalho com reclusos), interesse em trabalhar com a diversidade cultural, étnica e linguística, gosto em trabalhar na educação de adultos, criatividade, sensibilidade e atenção, capacidade inventiva e de abstração, conhecimentos de direito e de legislação penal.

Ressalta-se que toda biblioteca prisional precisa ser supervisionada e gerida por um bibliotecário com as qualificações e competências adquiridas por meio de um grau acadêmico universitário equivalente à biblioteconomia. As "Orientações para serviços de biblioteca para reclusos", baseadas em padrões das bibliotecas prisionais internacionais escritas por Lehmann e Locke (2005), afirmam que a cada 500 reeducandos o estabelecimento prisional deve dispor de um bibliotecário em tempo integral. Entretanto, essas informações não estão condizentes com a realidade dos estabelecimentos prisionais brasileiros, visto que além da questão do perfil necessário para trabalhar dentro das prisões, o cargo de bibliotecário não é uma obrigação no quadro de cargos do sistema prisional, como mencionado anteriormente.

Outro aspecto que compete ao bibliotecário vinculado aos espaços de privação de liberdade é a política de desenvolvimento de coleção. Sugere-se, para a construção dessa

política, a criação de uma comissão para definir critérios de seleção, desbastamento e descarte do acervo. Recomenda-se que a Comissão seja composta por: a) Bibliotecário; b) Chefe de segurança do estabelecimento prisional; c) Administração financeira; d) Docente; e) Coordenadora do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA); f) Secretária de Educação do Estado responsável pelo estabelecimento; g) Responsável pelo Projeto de Remição de Pena pela Leitura; h) Gerência de saúde, educação e assistência social e i) Um reeducando representante de cada ala do estabelecimento prisional (COSTA, 2020).

A comissão conta com diversas competências, tais como, auxiliar a unidade em relação aos assuntos relevantes para a formação do acervo; atualização da política de desenvolvimento de coleção; avaliação de fontes e elaboração do plano para aquisição anual das obras; avaliar constantemente a coleção; analisar os materiais sugeridos para aquisição; estar em contato direto com a comunidade verificando sua necessidade informacional (SAGÁS, 2016).

Nesse aspecto, é fundamental que a comissão conheça a comunidade carcerária para que haja um bom desenvolvimento de coleção e as necessidades informacionais sejam atendidas. Portanto, sugere-se que um estudo de comunidade seja realizado nas ambiências prisionais. Neste estudo, a equipe responsável por coletar informações deverá atentar-se aos seguintes aspectos: idade da população, níveis de leitura, idiomas, quais são as necessidades informacionais, quais são os suportes que poderão ser disponibilizados na instituição carcerária, quais são os tipos de informações (COSTA, 2020).

## 5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa está caracterizada como documental, visto que o material ainda não recebeu tratamento analítico e pode ser “reelaborado de acordo com os objetivos da pesquisa” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 52). Ressalta-se que os documentos utilizados na pesquisa são: Lei de Execução Penal nº 7210/1984 e Código de Ética do Bibliotecário. A pesquisa, também, é qualitativa há “interpretação dos fenômenos e a atribuição de significação” ao decorrer da pesquisa (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 2013), baseada em métodos bibliográficos, visto que uma revisão de literatura foi realizada em quatro bases de dados (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Dessa forma, pensando no cenário nacional e internacional, uma pesquisa foi realizada nas seguintes bases de dados: Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI); *SciVerse*

*Scopus*; Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); *Web of Science*, os seguintes termos em português e inglês, “bibliotecário” and “prisão”, “librarian” and “prison”, “competência” and “prisão” e “competence” and “prison”.

Para pesquisa nas bases de dados, utilizou-se as seguintes estratégias de busca, são elas: o formato do material deveria ser artigo e tese, estar em acesso aberto, o idioma deveria ser português e inglês. A base de dados *Web of Science*, a categoria selecionada foi Ciências Sociais Interdisciplinares.

Com isso, recuperou-se 46 materiais, dentre eles artigos e teses. Utilizou-se os seguintes critérios de inclusão: os termos poderiam estar no título, resumo, palavras-chave do material e indexado na base de dados, o tipo de documento poderia ser artigos e teses, materiais em inglês e português, conteúdo referente a biblioteca prisional e a competência do bibliotecário, e acesso ao material na íntegra. Dos 46 materiais recuperados, 11 estão diretamente vinculados à temática de bibliotecas prisionais e prisão. Após a leitura e análise dos materiais, entretanto, somente um artigo apresentou em sua seção aspectos sobre a competência do bibliotecário vinculado aos espaços de privação de liberdade. Para evidenciar a quantidade de obras recuperadas por cada termo, bem como o refinamento utilizado em casa base de dados, um quadro será apresentado:

Quadro 1 - Quantidade de materiais recuperados em cada base de dados

Base de dados	Quantidade
Base de dados em Ciência da Informação (BRAPCI)	“Bibliotecário” and “prisão”: 0 “Librarian” and “prison”: 04 “Competência” and “prisão”: 0 “Competence” and “prison”: 0
SciVerse Scopus	“Bibliotecário” and “prisão”: 0 “Librarian” and “prison”: 09 “Competência” and “prisão”: 0 “Competence” and “prison”: 21
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)	“Bibliotecário” and “prisão”: 01 “Librarian” and “prison”: 01 “Competência” and “prisão”: 04 “Competence” and “prison”: 02
Web of Science	“Bibliotecário” and “prisão”: 0 “Librarian” and “prison”: 0 “Competência” and “prisão”: 01 “Competence” and “prison”: 01

Fonte: Dados da pesquisa, 2020

Após os critérios de seleção, os materiais foram inseridos em uma planilha Excell e analisados individualmente, verificando o ano das publicações e o formato dos materiais. Com isso, no que diz respeito aos artigos recuperados o recorte temporal é de 2009 a 2020, sendo que em 2010 e 2011 nenhum material foi encontrado nas bases de dados supracitadas. Além disso, o ano que mais há publicação é 2019, com seis obras. Em relação ao formato dos materiais, 24 são artigos publicados em periódicos acadêmicos e uma tese.

## 6 DISCUSSÕES E RESULTADOS

A partir das leituras realizadas, Clark e MacCraigh (2006) apontam seis competências foram, são elas: tecnologia da informação, medidas de segurança, ações desenvolvidas pela equipe responsável pela unidade (*staff*), interação com o público-alvo da biblioteca, aspectos emocionais, gestão e desenvolvimento da política de coleção. Com isso, percebe-se a necessidade de relacionar as competências com as legislações que envolvem as bibliotecas prisionais e o bibliotecário.

No que concerne à tecnologia da informação dentro dos espaços de privação de liberdade, compreende-se, a partir da literatura, que não é toda biblioteca prisional que possui o acesso às tecnologias e à internet. A LEP nº 7210 de 1984, afirma que o Estado incluirá “em seus programas de educação à distância e de utilização de novas tecnologias de ensino, o atendimento aos presos e às presas” (BRASIL, 1984, *online*). Portanto, não inclui obrigatoriamente o uso das tecnologias nas Bibliotecas.

Dessa forma, acredita-se que a competência do bibliotecário neste ponto é dominar as tecnologias disponíveis em seu contexto, ou considerar outras opções para a substituição do uso da tecnologia. Ressalta-se a necessidade de entender o contexto da biblioteca, do estabelecimento prisional que está inserido, o regime de cumprimento de pena do público alvo que será atendido por meio de reuniões com a administração.

Em relação às medidas de segurança, apesar de não serem uma competência específica da profissão, sabe-se que são a prioridade dentro dos ambientes prisionais, percebe-se isso nas perspectivas apresentadas na LEP e na literatura. Com isso, sugere-se que o bibliotecário tome conhecimento dos procedimentos de segurança do estabelecimento tanto por meios formais quanto informais. Os meios formais podem ser a leitura de manuais de conduta, treinamento (quando o estabelecimento oferecer essa formação), conhecimento de ocorrências anteriores relacionadas à segurança em questões de interesse da biblioteca

(quando permitido), dispositivos disponíveis para acionar a equipe de segurança caso preciso, além da própria legislação. Quanto aos meios informais, o profissional precisa conversar com as pessoas que interagem naquele ambiente e também observar questões implícitas de comportamento de forma a compreender as especificidades relacionadas à segurança. Além disso, sugere-se que o profissional se atente às questões de censura, se essa censura é por questões de segurança ou por questões de princípios morais e éticos das pessoas envolvidas, e assim, cumprindo ao Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário.

No que concerne às ações desenvolvidas pela equipe responsável pela unidade, interação com seu público-alvo e as questões emocionais, os três estão envoltos pelo Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2018)., visto que é necessária a criação do cargo de Bibliotecário dentro do quadro de funcionários do sistema prisional, além disso, atendendo às perspectivas vinculada ao atendimento à sociedade e garantindo o acesso aos materiais. Em relação ao emocional, percebe-se que o sistema prisional é hostil e desconfortável, neste sentido, o bibliotecário verifica como se sentirá atuando no espaço prisional, como será sua postura, adaptação a essa ambiência, sensibilidade com as mais diversas situações.

Já a interação com o público-alvo, no contexto prisional deve seguir as limitações dadas pelas instituições prisionais. Nesse sentido, para exercer essa competência, é fundamental saber quais são as pessoas responsáveis pela segurança, pela administração, quais são as dúvidas em relação a todo o procedimento. Outra perspectiva envolta nessa competência, está relacionada aos meios que essa interação poderá ser desenvolvida, por exemplo, por meio de ofícios, por meio de memorandos. Essa interação pode ser realizada diretamente com os detentos das instituições, ou realizada por terceiros, como advogados e funcionários, e nesse último aspecto é preciso um alinhamento de como ocorrerá o passo a passo de cada procedimento.

Além disso, compete ao bibliotecário conhecer seu público-alvo. Atender suas necessidades informacionais, como é a dinâmica dos ambientes prisionais, como será a disponibilização dos serviços da biblioteca.

Já a gestão e a política de desenvolvimento de coleção estão relacionadas com o Código de Ética e Deontologia e a legislação nº 9674/98, as perspectivas apresentadas por esses documentos evidenciam a organização, administração, gestão, direção e acesso à informação. O desenvolvimento das competências de gestão de bibliotecas especificamente

nas prisões demanda a compreensão das prioridades do sistema prisional, que nem sempre incluem as bibliotecas. Dessa forma, a gestão se volta fortemente à habilidade de contato e implementação de projetos em parcerias com outras instituições e com a sociedade em geral. Da mesma forma, o conhecimento dos direitos e deveres dos cidadãos em privação de liberdade são parâmetros para uma possível gestão eficiente para que os serviços se desenvolvam também em consonância com outras atividades já realizadas como vestibular, educação etc.

De modo a ilustrar a identificação das competências, desenvolveu-se um quadro, apresentando os resultados da investigação:

Quadro 2 - Competências e perspectivas em relação a competência profissional do bibliotecário nas bibliotecas prisionais

Competência	Perspectiva
Tecnologia da informação	Quando presente nas bibliotecas prisionais, o que depende dos procedimentos de segurança, auxilia no desenvolvimento das pesquisas, dando suporte a recuperação da informação. O bibliotecário está em constante aprendizado para compreender o funcionamento e atuação dos suportes.
Medidas de segurança	Prioridade por conta do ambiente em que as bibliotecas estão inseridas. O bibliotecário precisa estar atento aos aspectos voltados para a censura, percebendo quando é censura por conta da segurança e censura por conta de princípios morais. Sugere-se que o profissional fique atento aos procedimentos de cada estabelecimento prisional, bem como seus mecanismos e treinamentos.
Equipe responsável ( <i>staff</i> )	Ficar atento às recomendações e diretrizes do que compete ao bibliotecário em relação a disponibilizar informações sobre o processo e jurídicas no geral.
Interação equipe da biblioteca e comunidade carcerária	Compete ao bibliotecário conhecer seu público-alvo, suas necessidades informacionais, formatos que poderão ser disponibilizados, empatia pelo próximo, principalmente pela comunidade carcerária.
Emocional	Postura, capacidade de adaptação ao ambiente, sensibilidade, criatividade (EIRAS, 2007).
Gestão	Capacidade de liderança, comunicação oral, supervisão dos trabalhos, interesse em trabalhar com as mais diversas temáticas (cultural, étnica e linguística), trabalhar com o CEJA (EIRAS, 2007).
Política de desenvolvimento de coleção	Aspectos relacionados ao acervo. Envolvendo critérios de seleção, desbastamento, descarte, recebimento de doações, avaliação.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021) com base nas competências elencadas por CLARK; MACCREAIGH (2016)

Neste sentido, as seis competências elencadas envolvem as tecnologias que serão utilizadas na unidade, as medidas de segurança que estão presentes nos estabelecimentos prisionais, abarcando os procedimentos de segurança e seus dispositivos, recomendações

designadas para a equipe, sua interação com a comunidade carcerária. As competências, também, compreendem aspectos emocionais, de política e de acervo.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada biblioteca prisional demanda de um bibliotecário para estruturar, gerir da melhor forma possível com as competências aprendidas no desenvolvimento de sua graduação. E para além disso, cumprir o código de ética da profissão e evitar casos como a censura de materiais, que é possível perceber por meio de pesquisas em estabelecimentos prisionais (LEHMANN; LOCKE, 2005). Recomenda-se, também, que seja evidenciado na política de desenvolvimento de coleção, que compete profissionalmente o bibliotecário, o ato de censurar pensando na segurança. Como por exemplo: materiais de cunho sexual, que irão infringir de qualquer forma a segurança da estrutura do estabelecimento e da comunidade carcerária, os tipos de formato.

Portanto, a sugestão apresentada para esta temática é a criação do cargo de bibliotecário no quadro de funcionários do sistema prisional. Afirmamos que a presença de um bibliotecário é imprescindível para a gestão de uma biblioteca. Ressaltamos também que, de acordo com a Lei nº 4084, de 30 de junho de 1962, a “designação profissional de Bibliotecário, a que se refere o quadro das profissões liberais [...], é privativa dos bacharéis em Biblioteconomia” (BRASIL, 1962, *online*).

Por fim, é fundamental que o bibliotecário perceba a necessidade de estar em constante aprendizado, acompanhando o crescimento das tecnologias e o desempenho da comunidade que está ao seu redor. Estar qualificado é indispensável, com cursos, palestras, *workshops*, pós-graduação e as mais diversas formas de aprendizagem.

Neste trabalho, apresentou-se aspectos sobre as bibliotecas prisionais, as profissões e o mercado de trabalho, as competências profissionais do bibliotecário que atua ou atuará nas ambiências prisionais em âmbito nacional. Assim, o objetivo desta pesquisa foi atendido na seção destinada a competência do bibliotecário nas bibliotecas prisionais.

## REFERÊNCIAS

BAILEY, Andree. Standards for Library Service in Institutions: A. In the Correctional Setting. *Library Trends*, [S.l.], p. 261-266, out. 1972. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/4816011.pdf>. Acesso em: 26 set. 2020.

BOWDEN, Teresa S. A snapshot of state prison libraries with a focus on technology. **Behavioral and Social Sciences Librarian**, [S./], v. 21, n. 2, p. 1-12, 2002.

BRASIL. [Lei Federal (1962)]. **Lei Nº 4.084, de 30 de Junho de 1962**. Brasília, 30 jun. 1962. 7 p. Disponível em: <http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Lei4084-30junho1962.pdf>. Acesso em: 11 out. 2020.

BRASIL. [Lei Federal (1984)]. **Lei Nº 7.210, de 11 de Julho de 1984**. Brasília: Presidência da República, 1984. 32 p. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm). Acesso em: 18 maio 2020.

BRASIL. [Lei Federal (1998)]. **Lei Nº 9674, de 25 de Junho de 1998**. Brasília, 25 jun. 1998. 4 p. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9674.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9674.htm). Acesso em: 11 out. 2020.

BRASIL. [Lei Federal (2011)]. **Lei Nº 12.433, de 29 de Junho de 2011**. Brasília: Presidência da República, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm). Acesso em: 4 maio 2020.

CARVALHO, Cristina de; CARVALHO, Marcelo Dias de. Projetos de mediação de leitura e bibliotecas em presídios femininos. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p.136-163, jan. 2017. Disponível em: <http://abecin.org.br/portalderevistas/index.php/rebecin/article/view/60>. Acesso em: 30 abr. 2020.

CLARK, Sheila; MACCREAIGH, Erica. **Library services to the incarcerated: applying the public, library model in correctional and facility libraries**. Estados Unidos da América: Libraries Unlimited, 2006. 246 p.

CONRAD, Suzanne. Collection Development and Circulation Policies in Prison Libraries: An Exploratory Survey of Librarians in US Correctional Institutions. **The Library Quarterly**, [S./], v. 82, n. 4, p. 407-427, out. 2012. Acesso em: 12 set. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Resolução CFB nº 207/2018. Aprova o Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário brasileiro**, que fixa as normas orientadoras de contida no exercício de suas atividades profissionais. Brasília: CFB, 2018. Disponível em: <http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2018/11/Resolu%C3%A7%C3%A3o-207-C%C3%B3digo-de-%C3%89tica-e-Deontologia-do-CFB-1.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2020.

COSTA, Amabile. **Constituição do acervo da biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis: um estudo de caso**. 2019. 121f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <http://tede.ufsc.br/teses/PCIN0223-D.pdf>. Acesso em: 08 set. 2020.

EIRAS, Bruno Duarte. Uma janela para o mundo: bibliotecas e bibliotecários em meio prisional. In: 9º CONGRESSO DE BIBLIOTECÁRIOS ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 9.,

2007, Açores. **Anais...** . Açores: Apbad, 2007. p. 1 - 7. Disponível em: . Acesso em: 20 maio 2020.

Foucault, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2014.

FREIDSON, Eliot. Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. XI, n. 31, pp. 141-55, 1996.

FREIDSON, Eliot. **O renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política**. São Paulo: Edusp, 1998. 280 p.

KROEFF, Marcia Silveira et al. Sociologia das profissões e o profissional da informação. **Revista Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 20, n. 3, p. 18-33, out. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/ci/article/view/41325>. Acesso em: 30 set. 2020.

LEHMANN, Vibeke; LOCKE, Joanne. **Orientações para serviços de biblioteca para reclusos**. 3. ed. [S.l.]: IFLA, 2005. 24 p. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/professional-report/92-pt.pdf>. Acesso em: 21 maio 2020.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. **Cárcere e fábrica: as origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX)**. Rio de Janeiro: Revan, 2017. 272 p.

MIOTTO, Neli. Leitura no cárcere: um caminho para liberdade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S.l.], v. 13, n. 1, p.32-52, jan. 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/790/651>. Acesso em: 1 nov. 2020.

MONTEIRO, Agostinho Reis. Profissionalidade e suas refrações. **Revista Medi@ções**, Portugal, v. 1, n. 2, p. 5-11, jan. 2010. Disponível em: [http://mediacoes.eses.ips.pt/index.php/mediacoesonline/article/view/31/pdf\\_6](http://mediacoes.eses.ips.pt/index.php/mediacoesonline/article/view/31/pdf_6). Acesso em: 30 set. 2020.

OLIVEIRA, Hilderline Câmara de. **A linguagem no cotidiano prisional: enigmas e significados**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013. 272 p.

ONU. **Regras mínimas para o tratamento de prisioneiros**. [S.l.]: ONU, 1955. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/fpena/lex52.htm>. Acesso em: 1 nov. 2018.

POOL, J. Public library services to correctional facilities. **Library Trends**, [S.l.], v. 26, n. 1, jul. 1977. Acesso em: 17 ago. 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277 p. Disponível em: Acesso em: 15 out. 2017.

SAGÁS, Alcimar Oliveira et al. **Política de desenvolvimento de coleção da Biblioteca Universitária da UDESC**. Florianópolis: UDESC, 2016. 13 p. Disponível em: [https://www.udesc.br/arquivos/udesc/documentos/0\\_32296200\\_1476384077.pdf](https://www.udesc.br/arquivos/udesc/documentos/0_32296200_1476384077.pdf). Acesso em: 7 nov. 2020.

SANTANA, Marco Aurélio. O mundo do trabalho em mutação: as reconfigurações e seus impactos. **Cadernos IHU Ideias**, Rio Grande do Sul, v. 3, n. 34, p. 1-22, jan. 2005. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/034cadernosihuideias.pdf>. Acesso em: 30 set. 2020.

ŠIMUNIĆ, Zrinka; TANACKOVIĆ, Sanjica Faletar; BADURINA, Boris. Library services for incarcerated persons: A survey of recent trends and challenges in prison libraries in Croatia. **Journal of Librarianship and Information Science**, [S.l.], v. 48, n. 1, p. 72-89, mar. 2020.

SILVA NETO, Epitácio Gomes; LEITE, Francisca Chagas Dias. Bibliotecas prisionais enquanto espaços para o acesso à informação e à cidadania. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, v. 25, n. 1, p. 47-58, jan. 2011. Disponível em: <https://www.seer.furg.br/biblos/article/view/1945&>. Acesso em: 30 set. 2020.

VIGUERA, Yenifer Castro; MONTEJO, Yarelys Chávez. La interdisciplinariedad en la formación profesional del analista de información: propuesta de competencias. **Ciencias de La Información**, Havana, v. 43, n. 2, p. 55-59, ago. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1814/181423798008.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2021.